

08/05/2018

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 118.364 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S)	: MARCELO ROSA PACHECO
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO-CRIME – SUSPENSÃO – PRAZO – PRÁTICA DELITUOSA. Uma vez ocorrendo prática delituosa no período de prova alusivo à suspensão condicional do processo, tem-se o afastamento do fenômeno – artigo 89, § 3º, da Lei nº 9.099/1995 –, sendo desinfluyente o fato de o crime ter sido cometido em momento anterior à prorrogação do prazo, no que não instaura nova suspensão.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em indeferir a ordem, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pelo Ministro Alexandre de Moraes, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 8 de maio de 2018.

MINISTRO MARCO AURÉLIO – RELATOR

08/05/2018

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 118.364 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S)	: MARCELO ROSA PACHECO
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Adoto, como relatório, as informações prestadas pelo assessor Dr. Rafael Ferreira de Souza:

O Juízo da Primeira Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Porto Alegre/RS, no processo nº 2007.71.00.029234-4, concedeu ao paciente, em 12 de julho de 2007, o benefício da suspensão condicional do processo, a teor do artigo 89 da Lei nº 9.099/1995. Considerada a circunstância de não haver cumprido todas as condições impostas, realizada audiência de admoestação em 1º de outubro de 2009, prorrogou-se o período de prova, estipulando-se novos termos a serem observados. Na sequência, em 20 de outubro de 2009, em razão da existência de outro processo-crime, formalizado contra o paciente em 30 de julho de 2007, o Juízo, aludindo ao disposto no § 3º do artigo 89 da mencionada Lei, revogou a suspensão condicional.

Com o fim de ser restabelecido o benefício, impetrou-se *habeas corpus* no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o qual teve a ordem indeferida pela Sétima Turma.

Chegou-se ao Superior Tribunal de Justiça com o recurso ordinário em *habeas corpus* nº 29.052. A Sexta Turma

HC 118364 / RS

desproveu-o. Sublinhou estar o acórdão do Regional em conformidade com a jurisprudência do Tribunal, no que revela viável a revogação do benefício ante o fato de o paciente ter sido processado, durante o período de prova, por infração penal. Frisa que a prorrogação da suspensão condicional, por não caracterizar concessão de novo benefício, não desautoriza seja o benefício revogado pela constatação de fato preexistente, desde que ocorrido na fluência do período de prova.

A impetrante sustenta que, ao haverem sido alteradas, por ocasião da prorrogação, as condições alusivas à suspensão condicional do processo, deu-se início a novo período de prova. Aduz que o período probatório concernente ao benefício originalmente concedido, estipulado em 2 anos de duração, encerrou-se em 12 de julho de 2009, motivo pelo qual, consoante argumenta, quando da prorrogação do lapso – 1º de outubro de 2009 –, não poderia o Juízo estendê-lo, pois o período de prova encontrava-se finalizado. Ressaltando ter a prorrogação consistido em nova suspensão condicional, diz não se mostrar viável considerar-se fato anterior ao início deste período de prova a fim de implementar a revogação do benefício.

Não houve pedido formal de liminar. No mérito, requer seja fulminada a decisão por meio da qual afastada a suspensão condicional do processo, bem assim encaminhado o processo-crime ao Ministério Público Federal para que ofereça nova proposta do benefício ao paciente.

A Procuradoria-Geral da República opina pelo indeferimento da ordem.

Em consulta ao sítio do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, realizada em 10 de abril de 2018, não foi possível obter informações acerca da situação processual do paciente.

HC 118364 / RS

Lancei visto no processo em 15 de abril de 2018, liberando-o para exame na Turma a partir de 24 de abril seguinte, isso objetivando a ciência da impetrante.

É o relatório.

08/05/2018

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 118.364 RIO GRANDE DO SUL

VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Observem haver surgido contra o paciente processo-crime considerada prática ocorrida no período de prova alusivo à suspensão condicional de processo-crime. Descabe entender que a prorrogação do prazo fixado ganhou contornos de nova suspensão, a desaguar em não se ter em conta delito cometido anteriormente. Há de interpretar-se a Lei nº 9.099/1995 de forma teleológica, buscando-se o objetivo visado. Em síntese, a suspensão condicional do processo mostrou-se única, sendo desinfluyente o fato de o prazo haver sido prorrogado.

Indefiro a ordem.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 118.364

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

PACTE.(S) : MARCELO ROSA PACHECO

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por unanimidade, denegou a ordem, nos termos do voto do Relator. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Luiz Fux. Presidência do Ministro Alexandre de Moraes. Primeira Turma, 8.5.2018.

Presidência do Senhor Ministro Alexandre de Moraes. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Rosa Weber e Luís Roberto Barroso.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma